



Município de
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta nº. 01/2010

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE RESENDE, REALIZADA EM
24.02.2010**

LOCAL: -----

Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho. -----

CONSTITUIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA: -----

PRESIDENTE: Maria Teresa Pais Duarte dos Santos (PS); -----

1º SECRETÁRIO: Joaquim da Conceição Sousa (PS); -----

2º SECRETÁRIO: Luís Manuel de Almeida Pinto (PS). -----

HORA DE ABERTURA: -----

Eram 16h15 quando a Senhora Presidente da Mesa deu início à sessão.-----

FALTAS E SUBSTITUIÇÕES: -----

A Senhora Presidente da Mesa comunicou ao Plenário as seguintes faltas e substituições: -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São João de Fontoura (PSJF) foi substituído pelo seu Tesoureiro Senhor José Maria Marques da Costa (PSJF).-----

A. PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”; -----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

B. PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”: -----

B.1. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR; -----

A Senhora Presidente da Mesa solicitou a concordância do Plenário para a dispensa da leitura da acta da Sessão realizada em 30 de Novembro de 2009, uma vez que a mesma foi distribuída a todos os membros com antecedência, a qual foi concedida.-----

Seguidamente foi a referida acta colocada à discussão e sujeita a votação, tendo sido **aprovada por maioria (1 abstenção)**.-----

**B.2. LEITURA RESUMIDA DE EXPEDIENTE E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES OU
ESCLARECIMENTOS;** -----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

B.3. VOTOS, RECOMENDAÇÕES E MOÇÕES E RESPECTIVA VOTAÇÃO; -----



Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

VOTO DE PESAR;-----

Foi presente uma proposta de pesar subscrita por ambos os Grupos Municipais, pelas vítimas da tragédia que aconteceu na Região Autónoma da Madeira, em consequência da intempérie que assolou o arquipélago no passado fim-de-semana, endereçando às suas famílias a sua solidariedade e profundas condolências.-----

Colocada a proposta a votação, **foi a mesma aprovada por unanimidade.**-----

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO;-----

Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – Apresentou a seguinte Proposta de Recomendação, relativa à Variante à Estrada Nacional 222-2 – Ligação Resende/Bigorne:-----

A recente aprovação do Orçamento de Estado para 2010 e as opções consagradas no documento, apontam, como já propalado pelo Sr. Ministro da Obras Públicas, Transportes e Comunicações, para um corte orçamental no que respeita à construção de novas infra-estruturas rodoviárias, como medida para reduzir a despesa pública. A obra da variante à Estrada Nacional 222-2 que ligará Resende a um dos Itinerários Principais do país, tem sido sucessivamente adiada pelos diferentes governos, e esta actual posição, não augura, uma vez mais, o desfecho há muito ansiado por todos os Resendenses. Não duvidamos do empenho que o actual executivo camarário, à semelhança dos que o antecedeu, colocou e mantém na resolução deste problema, e; Não obstante eventuais desenvolvimentos no processo, materializados em acordo do Município com a entidade responsável pela concessão de estradas, este prenúncio, deve merecer a nossa preocupação, por isso; Independentemente de questões técnicas, que se discutirão no momento oportuno, entendemos que num tema como este, que excede o mero combate político e assume um interesse supra partidário, cabe a esta Assembleia Municipal, como o órgão mais importante e representativo do Município, e em complementaridade institucional com as posições reivindicativas da Câmara, assumir sobre o assunto, e no momento oportuno, que é este, uma posição. Assim, o Grupo Municipal do PSD, no pressuposto consensual de que este é um problema de todos e que todos devem contribuir para a sua resolução, propõe o envio de uma missiva ao responsável directo pela tutela, subscrita por todos os membros desta assembleia, sugerindo-se desde já o seguinte teor: *“O recorrente adiamento da construção da Variante da EN 222-2 que liga Resende à A24, em Bigorne, suscitam dos membros da Assembleia Municipal de Resende, a seguinte reflexão: As acessibilidades constituíram desde sempre um factor determinante para o desenvolvimento das regiões. O concelho de Resende tem assistido ao longo dos anos, à distribuição pelo país inteiro de novos canais rodoviários, continuando, ainda hoje, numa inaceitável situação de enclave. Temos uma das piores ligações intermunicipais do país, verdadeiramente incompatível com todo o potencial que o concelho de Resende pode ter, nesta região de referencial turístico nacional e internacional que é o Douro. Sucessivos governos têm-se sucessivamente comprometido com a resolução deste problema sem que as promessas tenham sido cumpridas. Ao longo dos anos várias são as justificações para os avanços e recuos da obra, alternando entre razões de ordem técnica,*



ambiental, orçamental ou burocrática, quando é sabido, que todas estas são preteridas quando a vontade política se sobrepõe. As diligências do actual executivo e as dos seus precedentes tem merecido desde sempre o apoio inequívoco da Assembleia Municipal, porque, acima de tudo, é essa a vontade de todos os Resendenses. Mas; O historial deste processo criou muito cepticismo e receio sobre se poder estar novamente perante um cenário de propostas de traçado, que, antecipadamente, terão o mesmo desfecho de outras, ou seja, o chumbo em sede de avaliação de impacte ambiental. Certamente não este o espaço para expor questões técnicas, mas queremos confiar que a solução encontrada, possa garantir os requisitos de conforto, segurança e rapidez de traçado exigidos por uma ligação com estas características. Sabemos que o país está num momento difícil, mas não podemos adiar mais. A bem de um município que não merece continuar a ser discriminado e a bem de uma região que espera que Resende, aí possa assumir o seu papel em igualdade de oportunidades e desenvolvimento, no contexto de coesão territorial tão legitimamente ambicionada pelas políticas nacionais.”-----

Presidente da Câmara Municipal – Lembrou ao Plenário que, independentemente do mérito que a recomendação possa merecer, a autarquia está a trabalhar com total normalidade com a Secretaria de Estado das Obras Públicas e com as Estradas de Portugal, tendo o município, nesta matéria, acordos e protocolos estabelecidos e em vigor e a serem executados pelas Estradas de Portugal, pelo que qualquer atitude que se possa tomar neste momento poderá não ajudar à credibilização da própria posição da autarquia no tratamento de uma questão como esta, concluindo assim que a iniciativa, na sua opinião, não deveria ter prosseguimento, sob pena de prejudicar todo o processo, ao invés de, como pretende, o favorecer.-----

Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – Referiu que os pressupostos que estão na base desta iniciativa são claros e que não percebe em que medida é que podem colidir com o que acaba de ser exposto pelo Senhor Presidente da Câmara. Obviamente que existe um protocolo com as Estradas de Portugal, facto que é devidamente ressaltado, todavia, existem alguns sinais dados pelo Senhor Ministro, não só nos jornais mas também na própria Assembleia da República que não deveriam ser ignorados. Por outro lado, a obra não está inscrita em PIDAC e o próprio protocolo, segundo se recorda, prevê que parte da verba (7 milhões de euros estimados para uma primeira fase) estejam já contemplados em Plano e Orçamento das Estradas de Portugal, o que não se verifica. Não é intenção do PPD/PSD discutir aqui a questão técnica e protocolada, até porque não percebem, voltou a repetir, como é que esta exposição, que é da Assembleia Municipal, órgão deliberativo por excelência e representativo de todos os resendenses, pode conflitar ou melindrar qualquer responsável máximo com o mínimo de responsabilidade sobre esta matéria. A única coisa que solicitam é que não adiem mais a resolução deste problema, recordando a quantidade de vezes que esta obra esteve prevista, a quantidade de vezes que foi abandonada, a quantidade de concursos lançados e a quantidade de concursos abandonados. A iniciativa tem igualmente por pressuposto dar um certo “conforto” ao próprio executivo, que sabem que se tem empenhado na resolução deste problema, tal como os anteriores.-----



Luís Filipe Dias Gonçalves Guimarães (PS) – Quanto a este assunto disse que a sua bancada, perante os esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente da Câmara e não pretendendo retirar qualquer mérito à recomendação apresentada, entende que havendo acordos e protocolos em vigor e todo um trabalho que vem sendo realizado pelo executivo camarário no sentido de a Estrada Nacional 222-2 avançar, a Assembleia Municipal tomar neste momento uma posição deste género será prematuro, devendo antes aguardar-se pelo desenvolvimento de todo o processo, dar um voto de confiança ao órgão executivo e, mais tarde, se assim se justificar, analisar novamente esta proposta de recomendação.-----

Jaime António Bernardino Alves (PPD/PSD) – A propósito deste assunto sublinhou as palavras proferidas pelo Senhor Arqº Paulo Moura e fez votos para que a bancada do PS pudesse deliberar com plena autonomia, atendendo à importância deste assunto. Concluiu, dizendo que a sua bancada não pretende retirar daqui qualquer aproveitamento partidário, até porque já deixaram clara a incapacidade do PSD, durante anos, para o conseguir, esperando que não aconteça o mesmo ao PS e que consiga concretizar esta obra que é essencial para o desenvolvimento do concelho.-----

Colocada a proposta a votação, **foi a mesma reprovada por maioria (27 votos contra do Grupo Municipal do PS)**.-----

B.4. ASSUNTOS DE INTERESSE PARA AS FREGUESIAS; -----

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

António Joaquim Almeida Correia (PPD/PSD) – Usou da palavra para referir que a situação de intempérie a que foi submetida a estrada que liga o lugar dos Moínhos ao extremo da Freguesia de Barrô, “colocou a descoberto” a debilidade com que a obra de melhoramento daquela via foi concebida, mais concretamente ao nível da falta de impermeabilização e de consolidação dos solos, existindo por conseguinte vários pontos que necessitam de uma intervenção rápida, com especial destaque para o lugar dos Paios onde existe uma derrocada (sinalizada). Entende que é perigoso manter a circulação de autocarros no local e, por prevenção, julga que seria pertinente alterar esta situação, pelo menos até que estejam repostas as condições de circulação. Referiu-se ainda às derrocadas que se verificaram no lugar do Bernardo para louvar a forma de actuação da Câmara, a qual foi rápida e eficaz. Por último, alertou para a má colocação da passadeira para peões que se encontra junto à entrada do Serviço de Finanças na Vila de Resende de Resende, na qual já se verificaram atropelamentos, sugerindo que a Câmara estudasse o assunto.-----

Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – Apresentou a seguinte Proposta, relativa à criação de um Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local:-----

São conhecidas as dificuldades que as Juntas de Freguesia dos concelhos de menor dimensão e em especial do interior do país têm em levar a efeito muitas das iniciativas que ambicionam e que cabem dentro das suas próprias competências. Os Senhores Presidentes de Junta, são “obrigados” muitas das vezes, a abandonar projectos, por não terem disponibilidade financeira, recursos técnicos,



e meios operacionais para os executar, não obstante, muitas das vezes, fazerem “verdadeiros milagres”, para o qual contribuem o esforço das suas equipas e também o empenho das suas populações. As Juntas de Freguesia, independentemente do apoio das Câmaras Municipais ao abrigo dos habituais protocolos e das transferências orçamentais, não conseguem corporizar integralmente as atribuições que lhes são conferidas, muito por estes motivos. Também pela mesma ordem de razões, o recurso a fundos de financiamento externo pelas Juntas de Freguesia é uma prática menos frequente do que as próprias certamente desejariam, uma vez que esses incentivos lhes permitiriam cumprir muitos dos projectos em carteira. Estaremos, provavelmente, e como amplamente anunciado, perante a última oportunidade de financiamento comunitário, e não estaremos a retirar o proveito desta conjuntura. Como é sabido, muitos dos programas direccionam-se para o mundo rural, tendo como beneficiário exclusivo as Juntas de Freguesia e tipologias de operações que passam por exemplo por acções de requalificação do espaço público, a recuperação de edifícios de traça tradicional, a construção de pequenos equipamentos sociais, a beneficiação de caminhos ou a infra-estruturação de águas e saneamento. O Programa de Desenvolvimento Rural, por exemplo, contempla muitas destas oportunidades e tem já em campo uma nova fase de candidaturas e em outras que se seguirão em breve, constituindo, como certamente saberão os Srs. Presidentes de Junta, uma oportunidade que todos deverão ponderar e decidir sobre eventual apresentação de candidaturas. De forma a ultrapassar a inércia provocada pela falta dos meios de apoio com que as juntas se confrontam, que inibem a apresentação de candidaturas, o Grupo Municipal do PSD propõe que a Câmara Municipal de Resende, através da disponibilização e o recurso aos seus quadros técnicos competentes, crie um Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local, com o missão e o objectivo de, genericamente, auxiliar as Juntas de Freguesia na preparação dos processos de candidatura em todas as suas fases e componentes. Uma estrutura direccionada para este efeito e coordenada pela Câmara, poderá dar um apoio mais efectivo e direccionado no terreno, podendo utilizar também os canais privilegiados que têm com as diferentes identidades que se cruzam nos diferentes processos. Mais, o PSD sugere, que para evitar uma tradicional casuística e menor rigor na definição de prioridades, seja elaborado pela estrutura a criar, em perfeita concertação com todos as Juntas de Freguesia, um “Plano Integrado de Intervenção”, onde de uma forma geral, é realizado um levantamento exaustivo das necessidades de cada local, para, mediante o enquadramento e os requisitos dos respectivos programas de financiamento, se possa concluir num elenco de operações por freguesia. Os termos do modelo organizativo do gabinete técnico seria suportado por um órgão executivo onde tivesse lugar todos os Presidentes de Junta, que aí validariam as opções técnicas e decidem sobre a apresentação das candidaturas. Assim, o Grupo Municipal do PSD, contribui assim para o encontrar de soluções, de forma indiscriminada e desinteressada, que melhor possam servir as nossas populações, neste caso no primeiro nível de representação política, continuando disponível para toda a colaboração neste processo, que agora lança.-----

Presidente da Câmara Municipal – Deu nota de que é sua convicção que não é pelo facto de existir um nome pomposo para algo que as coisas funcionam melhor. Esclareceu também o Plenário



que o Município tem trabalhado com os Senhores Presidentes de Junta (dando como exemplo recente a apresentação de uma candidatura ao PRODER no âmbito das acessibilidades), existindo nos serviços um conjunto de meios e pessoas que têm alocadas em si mesmas as competências para dar apoio técnico às Juntas de Freguesia. Rejeita a ideia de que a Câmara actua casuísticamente, pois existe uma maioria com um projecto que foi sufragado pelos munícipes e é esse projecto que vai ser executado. Entende que não será pois por falta de candidaturas ou de apoio às Juntas por parte da Câmara que os projectos entendidos como necessários vão deixar de ser apresentados no âmbito do actual quadro comunitário de apoio, concluindo que o problema da concretização de alguns reside na chamada comparticipação nacional, a qual não chega para tudo.----

Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – Entende que não ficou claro qual o propósito da proposta por si apresentada, esclarecendo que não se trata aqui de frases feitas ou pomposas, mas sim de frases claras e ideias objectivas, pois é sabido por todos que existem acções cujo promotor só pode ser a Junta de Freguesia. Quanto à questão da comparticipação, entende que é facilmente desmontável pois será sempre preferível para uma Junta de Freguesia executar uma obra comparticipada a 70% do que a executar com verbas 100% suas, todavia, até nem é esse o caso, uma vez que existem obras com valor 100% elegível, ou seja, sem qualquer custo para o Município ou Freguesia, como é o caso da candidatura que o Senhor Presidente da Câmara referiu. Por outro lado, referiu que o argumento de que este é um assunto que diz respeito exclusivamente à Câmara não é aceitável, até porque as Juntas de Freguesia também têm a sua autonomia, sendo do seu conhecimento – dado que também anda no terreno – que as mesmas têm grandes dificuldades a este nível e que gostaria de ter ouvido, previamente à intervenção do Senhor presidente da Câmara, os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, para que dissessem se a falta de apoio, a falta de meios e de recursos técnicos e a falta de disponibilidade financeira é ou não um problema com que se debatem (apesar de, obviamente, os serviços da Câmara darem resposta a muitas dessas situações). O Gabinete que propõem, que nada tem de pomposo, teria como objectivo, entre outros aspectos, a divulgação dos programas, o seu enquadramento, o acompanhamento técnico, a instrução dos processos, a submissão e a relação com a autoridade fiscalizadora da execução do programa, cabendo desta forma ao Município uma actividade coordenadora.-----

Amadeu Vasconcelos (Presidente da Junta de Freguesia de Cárquere – PS) – Relativamente a este assunto esclareceu o Plenário que muitas vezes se desconhece o trabalho que é desenvolvido pelas Juntas de Freguesia, pois os Presidentes de Junta não estão à espera que alguém “lhes pegue pela mão” e lhes diga para fazer o que lhes compete. As Juntas de Freguesia têm competências próprias, podendo aceder aos programas referidos, definir as suas prioridades e intenções e recolher os apoios necessários, como por exemplo o do Município, como aliás aconteceu recentemente no âmbito do PRODER, em que a Câmara esteve ao lado da Junta e assumiu um papel crucial na apresentação da candidatura. Concluiu dizendo que a Câmara sempre apoiou as Juntas, que nunca ficou qualquer projecto por concretizar devido à sua falta de apoio e desafiou o PSD a dizer que situações conhece em que tal não se tenha verificado.-----



Manuel Jorge Barbosa Cardoso (Presidente da Junta de Freguesia de Freigil – PS) – Sobre este assunto deu dois exemplos em que a Câmara prestou apoio à Junta de Freigil, nomeadamente no que diz respeito à candidatura dos “Kit’s de 1ª Intervenção” e à candidatura dos projectos das acessibilidades. Disse ainda que em certas candidaturas a comparticipação da Junta é de cerca de 30% do valor da obra, o que significa praticamente a verba que a Junta tem disponível para todo o mandato, pelo que o problema reside não na falta de informação ou de disponibilidade técnica mas sim na falta de disponibilidade financeira.-----

Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – Reafirmou que nada do que consta da proposta apresentada colide com o teor das intervenções proferidas, pois o Gabinete em causa serviria precisamente para filtrar e fazer a gestão dos meios disponíveis e ainda para definir prioridades, como aliás acontece a outros níveis, dando como exemplo a Comunidade Intermunicipal, em que as Câmaras se constituem sob a forma de uma associação, sendo cabimentado um valor global distribuído por eixos (para diversas áreas) e efectuada, a uma outra escala, uma negociação para o estabelecimento de prioridades por domínios. Concluiu lamentando que não tenham entendido o propósito da proposta e que qualquer iniciativa apresentada pelo Grupo Municipal do PPD/PSD seja rejeitada só porque foi apresentada pela oposição.-----

Jaime António Bernardino Alves (PPD/PSD) – Relativamente a este assunto, lembrou que por diversas vezes foi já referido em sessões anteriores pelo PS que a oposição não é construtiva, não promove o debate e não tem ideias, pelo que não entende porque razão, sempre que surgem iniciativas do PPD/PSD, estas são liminarmente rejeitadas. Colocou ainda em causa a autonomia dos membros do PS, em matéria de voto, uma vez que, disse, presenciou o Senhor Presidente da Câmara a dar a indicação de voto à Bancada do PS.-----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra para se referir à intervenção do membro António Joaquim Almeida Correia (PPD/PSD), dizendo que entende a sua posição, mas que o Município tem feito e continuará a fazer um esforço muito grande na beneficiação da rede viária fundamental, consciente, todavia, das dificuldades existentes relacionadas com o próprio território e com o traçado pré-existente. -----

Colocada a proposta a votação de criação de um Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local ,
foi a mesma reprovada por maioria (27 votos contra do Grupo Municipal do PS).-----

B.5. ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO; -----

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal – Antes de proceder à abertura de inscrições para intervenções neste ponto, esclareceu o Plenário que as propostas que são apresentadas por cada um dos partidos têm sempre que ser sujeitas a votação e todos os membros são livres para as aprovar ou reprová-las, sendo certo que o seu mérito não decorre do seu autor nem é afectado em função do resultado da votação.-----



Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – Proferiu a seguinte intervenção:-----

Recentemente a Câmara Municipal de Resende celebrou um protocolo com a Câmara Municipal de Baião no âmbito da realização da Feira do Fumeiro e do Cozido à Portuguesa, a ter lugar na Feira do Tijelinho, em Baião, nos dias 26, 27 e 28 de Março. O teor do referido protocolo traduz-se simplesmente, que, a troco da inscrição do “logotipo do Município de Resende” nas publicitações ao referido evento, a nossa Câmara cederia gratuitamente e sem qualquer ónus, o abate dos animais dos comerciantes presentes na feira. Oportunamente, e numa “primeira estância”, declaramos não perceber esta “negociação”, uma vez que objectivamente e paradoxalmente, o único beneficiário deste protocolo seria a Câmara Municipal de Baião. Ora, por incrível que pareça, se a contrapartida desta parceria era já diminuta, ela não se verifica. Dos suportes utilizados pela Câmara Municipal de Baião a publicitar o evento, não consta qualquer referência a este município. Perante os verdadeiros problemas do concelho, este é certamente de menor importância, mas o motivo pelo qual decidimos trazê-lo a esta Assembleia, vai para além do óbvio. Esta é uma postura que o actual executivo camarário adopta consecutivamente sem que muitas das vezes não se perceba com o rigor necessário, as verdadeiras contrapartidas dos acordos. Não basta sustentar estas decisões numa ideia falaciosa do “senso comum”, que qualquer publicidade é boa publicidade, e que daí resulta sempre benefícios para o nosso concelho.-----

Presidente da Câmara Municipal – Respondeu que se trata aqui de cooperação entre Municípios vizinhos, onde tem existido uma boa relação neste e noutros domínios. O protocolo celebrado é uma resposta a uma solicitação do Município de Baião, dentro do princípio da cooperação institucional e que o facto referenciado (não colocação do logotipo do Município de Resende na publicidade ao evento) será objecto de imediata rectificação, uma vez que os protocolos são para cumprir. Por outro lado, disse que entendia que, porventura, a melhor contrapartida para Resende seria o facto de num só dia, vinte ou trinta talhantes de Baião, utilizarem o Matadouro Municipal e assim se contribuir para a sua divulgação e projecção na região. Concluiu dizendo que a oposição deveria colocar-se alguns degraus acima na discussão política, pois a cooperação institucional entre Municípios não se compadece com este tipo de discussão.-----

Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – Reconheceu que efectivamente a questão da cooperação institucional é essencial, pois não existe desenvolvimento sem parcerias, acordos ou entendimentos entre as regiões, todavia, acha que ficou claro e o Senhor Presidente da Câmara percebeu qual era o intuito da sua anterior intervenção.-----

C. PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”: -----

C.1. APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, A QUE SE REFERE A ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES QUE LHE FORAM INTRODUZIDAS PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO; -----



Foi presente a informação referida em epígrafe, que, nos termos da lei, foi enviada a todos os membros da Assembleia com a devida antecedência. -----

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

Jorge Cardoso Machado (PS) – Referiu que, por vezes, o Plenário não dá grande importância a este ponto da Ordem de Trabalhos, quando na verdade o mesmo encerra em si uma importância imensurável. Desde logo, expõe aquilo que está a ser feito, aquilo que foi feito e aquilo que irá ser feito no nosso concelho. Destacou do documento em causa o ponto relativo ao ambiente, dizendo que em matéria de saneamento básico nos últimos 20 anos pouco foi feito, ou porque os autarcas à data não davam grande importância ao assunto ou então porque se trata de uma obra que não se vê e não interessaria porque não dava votos. Registou com agrado que hoje a situação seja completamente diferente, pois até povoações mais isoladas já dispõem de saneamento básico e de abastecimento de água ao domicílio. Concluiu apelando ao Senhor Presidente da Câmara que continue nesta senda de realização de obras e manifestou a solidariedade da Bancada do PS para com o executivo camarário.-

Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – Disse que corroborava das palavras do membro Jorge Cardoso Machado (PS) quando disse que este documento era da maior importância e proferiu a seguinte intervenção:-----

A propósito da estrutura intrínseca do documento que é utilizado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Resende, na informação a que reporta este assunto e que o respectivo diploma legal o obriga, relativo à actividade municipal realizada no período que medeiam as sessões desta Assembleia, o Grupo Municipal do PSD, tece a seguinte consideração: Da actividade quotidiana da generalidade dos municípios, de há muito que faz parte o recurso a fontes de financiamento externo, em especial aos fundos comunitários, para a implementação das suas políticas de natureza estratégica. A estrutura do actual quadro comunitário de apoio, ou, conforme designado, Quadro de Referência Estratégico Nacional, no que respeita à disponibilização e convites às oportunidades criadas pelas candidaturas aos seus diversos eixos e programas, assenta num faseamento e procedimentos, que desde a candidatura, passando pela sua admissibilidade, avaliação de mérito, até a aprovação e execução física, interessa acompanhar. Considerando que o documento apresentado pelo Sr. Presidente da Câmara a esta Assembleia, é totalmente omissivo no que respeita a esta temática, e que em relação a este assunto, normalmente, a este órgão o conhecimento das candidaturas em curso, só acontece mediante o eventual sucesso das mesmas, o Grupo Municipal do PSD, solicita que a partir da próxima sessão de Assembleia Municipal, a informação escrita, passe a incluir uma rubrica específica sobre esta matéria, onde conste a identificação de cada operação ou projecto; fontes de financiamento e respectivo programa, fase do processo e valores globais do orçamento e seu montante elegível.-----

Presidente da Câmara Municipal – Começou por manifestar o seu agrado em saber que os membros lêem a sua informação, mas frisou que quem elabora a informação é ele, cabendo-lhe definir a sua estrutura e conteúdo, sem prejuízo, é claro, de que qualquer membro, sempre que sentir que necessita de informação adicional, poder sempre dirigir-se à Presidência da Câmara ou aos



serviços onde lhe serão facultados os dados solicitados. Por outro lado, existem ainda as actas da Câmara Municipal, que são disponibilizadas ao Plenário, onde se encontra vertida informação adicional que pode ser consultada.-----

Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – Entendendo por conveniente explicar melhor a sua intervenção, disse que da actividade da Câmara faz parte também este item das candidaturas comunitárias e o que se pretende é que de uma forma sucinta elas constem da informação. Não pretende impor ao Senhor Presidente da Câmara o que quer que seja, apenas pretende que a lei seja cumprida, pois o acompanhamento da actividade da Câmara é um direito que assiste à Assembleia Municipal, não merecendo acolhimento o argumento de que se pode solicitar informação adicional aos serviços, pois se assim fosse nem a existência da informação se justificaria. Estranha que exista abertura por parte do Senhor Presidente da Câmara para disponibilizar informação por via dos serviços e, ao mesmo tempo, não esteja disponível para a disponibilizar, ainda que por tópicos, por via desta informação no que respeita às candidaturas comunitárias.-----

Foi tomado conhecimento. -----

C.2. PLANO DE PREVENÇÃO DOS RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetido pelo executivo camarário, o respectivo plano;-----

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

Jaime António Bernardino Alves (PPD/PSD) – Com referência a este assunto, proferiu a seguinte intervenção:-----

Como está descrito na documentação recebida pelo órgão máximo do Município, o Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) foi criado pela Lei nº 54/2008, funciona junto do Tribunal de Contas, desenvolvendo uma actividade no campo de acção da prevenção da corrupção, tendo o CPC aprovado uma recomendação sobre a qual nos estamos a pronunciar. Saudamos esta recomendação por ser muito pertinente e oportuna, vindo ao encontro das exigências do Partido Social Democrata a nível nacional, facto este que nos orgulha. É do conhecimento geral que a corrupção se manifesta de várias formas, desde a concessão dos mais simples benefícios pessoais até à corrupção que envolve negócios nos mais altos níveis do Estado, que tanto nos afligem e a muitos faz corar de vergonha nos dias que correm, minando a confiança nas instituições, contribuindo profundamente para a quebra da relação entre eleitos e eleitores, temática amplamente estudada e comprovada. Mediante a recomendação, a Câmara Municipal assume o compromisso de elaborar planos de gestão de riscos e infracções, consignadas em 5 áreas que louvamos, a saber: - A Contratação pública; - A Concessão e benefícios públicos; - O Urbanismo e edificação; - Os Recursos humanos e - A Gestão financeira. Sendo a corrupção uma ameaça à democracia, na base desta medida está um compromisso ético transversal que prevê um comportamento mais rigoroso na defesa da realização dos interesses



públicos. Relativamente ao ponto 1 da página 6 (compromisso ético assumido pela Câmara Municipal de Resende em que o Sr. Presidente consta do organograma como o mais alto responsável), destacamos com muito agrado os seguintes pontos inscritos na Carta Ética da Administração Pública: - A Integridade, procurando as melhores soluções para o interesse público; - A Responsabilidade social; - A Transparência na tomada de decisões e na difusão da informação; - A Manutenção da mais estreita isenção e objectividade; - A Igualdade no tratamento e não discriminação. No caso da nossa Câmara Municipal, no âmbito da administração autárquica, esperamos muito sinceramente, em benefício de todos, que o PLANO DE PREVENÇÃO DOS RISCOS DE GESTÃO INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRACÇÕES CONEXAS não fique no papel, que não seja mais um ritual burocrático como tantos outros, que seja uma prioridade prática de combate à apropriação ilegítima da coisa pública. Como afirmou Mercedes Sousa, “Não basta viver, é preciso honrar a vida!”.

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar o Plano.**

C.3. ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE RESENDE – PEDIDO DE LICENÇA ADMINISTRATIVA PARA OPERAÇÃO URBANÍSTICA – REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO QUARTEL DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE RESENDE- ISENÇÃO DE TAXAS;

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação nos termos do artigo 2º do Regulamento e Tabela de Taxas, Tarifas e Outros Preços e remetida pelo executivo camarário, a decisão de isenção de pagamento de taxas relativamente à licença administrativa para a operação urbanística da empreitada de remodelação e ampliação do quartel dos Bombeiros Voluntários de Resende;

Verificaram-se as seguintes intervenções:

Luís Filipe Dias Gonçalves Guimarães (PS) – Saliu o apoio que a Câmara Municipal está a prestar a esta associação, de inegável valor para a comunidade e relativamente à qual devemos ter muita estima.

Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – Disse que o Grupo Municipal do PSD, a propósito deste pedido da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, que vota favoravelmente, constata que existe uma imprescindível cooperação estreita entre a Câmara Municipal e uma das instituições mais importantes do nosso concelho; Lamenta, no entanto, que esta actual postura, relativamente a um passado não muito distante, possa ser entendida como resultante de cedências e subalternizações subliminares. Esperamos também, que este tipo de cooperação possa estender-se a todas as outras organizações que o fundamentadamente o solicitem e que não dependa apenas do grau de disponibilidade cruzado com as tendências ideológicas dos perfis das direcções e dos seus maiores responsáveis.

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar.**



C.4. REMUNERAÇÃO DOS ORGÃOS SOCIAIS (FISCAL ÚNICO) E ATRIBUIÇÃO DE SENHAS DE PRESENÇA (CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO GERAL) DAS EMPRESAS MUNICIPAIS COMPANHIA DAS ÁGUAS DAS CALDAS DE AREGOS, E.M., S.A. E TUR AREGOS, E.M., S.A. ;-----

Sobre o assunto em epígrafe, foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário, uma proposta do Senhor Presidente da Câmara a propor a remuneração de 200,00€ mensais para o fiscal único da Companhia das Águas e de 100,00€ mensais para o da Tur Aregos e a atribuição de senhas de presença aos membros do Conselho de Administração (que não desempenhem funções no executivo municipal) e Conselho Geral de ambas as Sociedades, correspondentes às senhas de presença estipuladas anualmente para os membros da Assembleia Municipal.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – A propósito deste assunto e de forma a se aferir se a gestão da Empresa Municipal da Companhia das Águas das Caldas de Arêgos está a cumprir, ou não os pressupostos estabelecidos no Estudo de Viabilidade Económica e Financeira, que suportaram a Câmara na operação de aquisição, e, por também caber a esta Assembleia Municipal, na defesa do interesse público, o acompanhamento da actividade da referida empresa, o Grupo Municipal do PPD/PSD solicita ao Conselho de Administração, independentemente do estatutariamente estabelecido, a disponibilização a cada um dos membros deste órgão, de um relatório semestral da actividade. -----

Presidente da Câmara Municipal – Referiu que quem faz a monitorização da actividade dos Conselhos de Administração das empresas municipais é o accionista maioritário – neste caso a Câmara Municipal, o que significa que por força dos estatutos e da própria lei que regula a actividade das empresas públicas, são-lhe remetidos regularmente relatórios sobre a actividade das empresas, pelo que, por si, não vê qualquer obstáculo em que esses relatórios sejam disponibilizados ao Plenário, todavia, dado tratar-se de uma competência exclusiva do executivo camarário, colocará o assunto aos seus pares naquele órgão.-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

C.5. COMPANHIA DAS ÁGUAS DAS CALDAS DE AREGOS, E.M., S.A. – AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL E ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS – PROPOSTA DE RECTIFICAÇÃO;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário, uma proposta do Senhor Presidente da Câmara;-----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria, aprovar a proposta (9 abstenções do Grupo Municipal do PSD).**-----

C.6. TUR AREGOS, E.M., S.A. – APROVAÇÃO DE ESTATUTOS – PROPOSTA DE



RECTIFICAÇÃO;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário, uma proposta do Senhor Presidente da Câmara;-----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria, aprovar a proposta (9 abstenções do Grupo Municipal do PSD).**-----

C.7. REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS MUNICIPAIS – TABELA DE TAXAS – FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA; -----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetido pelo executivo camarário, o Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, Tabela de Taxas e respectiva Fundamentação Económico-Financeira, após ter decorrido o prazo de inquérito público e não terem sido apresentadas quaisquer sugestões ou reclamações. O executivo camarário propõe ainda que a Assembleia Municipal aprove que o Regulamento, aquando da sua entrada em vigor, passe a aplicar-se igualmente à liquidação e cobrança de todas as tarifas e outros preços cobrados pelo Município (com as necessárias adaptações);-----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

C.8. COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS – RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES 2009;-----

Foi presente, para conhecimento o relatório em epígrafe.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

Luís Filipe Dias Gonçalves Guimarães (PS) – Relativamente ao trabalho desenvolvido pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Resende, disse que o Grupo Municipal do PS manifestava publicamente a sua gratidão a todos os membros que integram esta Comissão, quer a alargada quer a restrita, pelo trabalho por si desenvolvido no ano a que se reporta o relatório.-----

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal – Acrescentou que a Comissão de Protecção de Menores é um assunto de grande melindre no nosso concelho, como aliás em todos os concelhos, que tem por subjacente a lei de promoção e protecção de crianças e jovens em risco e que intervém nas situações que fogem ao controlo, ao bom senso e a todas as normas que ditam a vida de uma criança, procurando-se defender os interesses fundamentais de uma vida saudável, pelo que, nestas circunstâncias todos os cidadãos têm grandes responsabilidades. Este relatório, por norma, nunca levanta grande polémica ou discussão aquando da sua apresentação, todavia, lembrou a todos os presentes que esta temática não deverá passar despercebida, devendo ser sinalizadas atempadamente todas as situações que sejam detectadas.-----

Foi tomado conhecimento. -----



C.9. MANUEL RUAS – ACTIVIDADES HOTELEIRAS, UNIPessoal, LDA. - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE ISENÇÃO DE IMT;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetido pelo executivo camarário, um pedido de autorização de isenção de Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas relativo à aquisição do prédio urbano sito no lugar de Caldas de Aregos, freguesia de Anreade, descrito na Conservatória do Registo Predial de Resende sob o nº227/160394 e inscrito na respectiva matriz predial urbana sob o artigo 68º.;-----

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – Disse que o Partido Social Democrata de Resende e os membros eleitos pelos diferentes órgãos, desde há muito que defendem, como forma de estímulo e incentivo ao empreendedorismo, regimes de benefícios e isenção com uma componente de vínculo e responsabilizações dos promotores, similares ao consagrado no diploma legal ao abrigo do qual é feito este pedido e por isso, o Grupo Municipal do PSD vota-o favoravelmente e congratula em especial o promotor pela sua iniciativa, esperando que o sucesso no cumprimento dos seus objectivos a que se propõe, possa também contribuir para o desenvolvimento local.-----

Jorge Cardoso Machado (PS) – Referiu que o Grupo Municipal do PS constata com agrado que Caldas de Aregos começa a ser um polo atractivo e agora ainda mais a nossa sala de visitas e que saúda os investidores privados por este tipo de iniciativas.-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a sessão, eram 18h15, tendo sido aprovados em minuta todos os assuntos remetidos pela Câmara Municipal a esta sessão da Assembleia. -----

E eu, _____, Chefe da Divisão Administrativa e de Serviços Urbanos, a redigi e subscrevo. -----

Maria Teresa Pais Duarte dos Santos
Presidente da Assembleia Municipal

António Manuel de Almeida Pinto
Chefe da DASU